

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ELEMENTOS PARA PENSAR AS LUTAS INDÍGENAS EM ALAGOAS: uma breve aproximação

Luana Cavalcante Pinho¹Valderí Teles do Nascimento Neto²

RESUMO

A proposta que aqui se apresenta, tenta apontar alguns elementos e reflexões sobre as lutas e resistências dos povos originários. De forma introdutória e apenas tentando uma aproximação inicial ao tema, buscou-se refletir como desde o processo de colonização o povo indígena vem sofrendo os impactos da violência e da usurpação dos seus territórios em nome da reprodução da lógica do lucro. Mas também destacamos o movimento de luta e resistência que pulsa na realidade até os dias atuais. A partir de estratégias de diversas ordens, o povo originário se organiza coletivamente para enfrentar o projeto anti-indígena genocida do governo Bolsonaro.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Lutas; Resistências.

ABSTRACT

The proposal presented here tries to point out some elements and reflections on the struggles and resistance of indigenous peoples. In an introductory way and just trying an initial approach to the theme, we sought to reflect how, since the colonization process, the indigenous people have been suffering the impacts of violence and the usurpation of their territories in the name of reproducing the logic of profit. But we also highlight the struggle and resistance movement that pulsates in reality until the present day. Based on different types of strategies, the native people collectively organize themselves to face the genocidal anti-indigenous project of the Bolsonaro government.

Keywords: Indian people; Fights; Resistances.

1 INTRODUÇÃO

Neste texto apresentamos alguns elementos acerca das lutas e resistências dos povos originários, abrangendo do processo de colonização ao cenário atual,

¹ Graduada em serviço social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (FSSO/UFAL). Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS/UFAL). E-mail: luacpinho@gmail.com

² Graduado em serviço social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (FSSO/UFAL). Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS/UFAL). E-mail: valderiteles@hotmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

dando visibilidade a uma caminhada marcada pela violência e reprodução da exploração e usurpação dos seus territórios, além do apagamento da existência das populações.

Assim, destacamos dois momentos com alguns apontamentos e reflexões sobre a temática, sendo o primeiro uma tentativa de aproximação do debate sobre a forma brutal de violação e aniquilação das vidas indígenas no período colonial. Além de observar, como essas marcas históricas da violência, produz na atualidade a sustentação de um projeto anti-indígena, implementado no governo de Jair Bolsonaro de 2019/2022. A pulverização dos direitos indígenas e a criminalização das suas lideranças esteve presente em todo o desgoverno. Das falas de ódio, a liquidação dos direitos, da facilitação e destruição das leis de proteção ao índio/a e ao meio ambiente, segundo o aparelhamento e destruição da Fundação *Nacional do Índio* (FUNAI).

Na segunda parte do texto, buscamos sinalizar uma breve aproximação com a organização política indígena no Brasil e suas conexões com a organização política dos povos originários no âmbito local de Alagoas. Tecendo alguns apontamentos que possam fazer com que nos aproximemos e aprofundamos o debate sobre a importância das lutas e resistências no cenário político e coletivo desta população. Neste sentido, o objetivo do trabalho é apontar elementos para que sejam aprofundados no futuro e possamos seguir em luta e resistir.

2 APONTAMENTOS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: O PASSADO PRESENTE

A existência dos originários na América Latina e em especial no Brasil sempre esteve diante de constantes ataques e das mais diversas e brutais formas de violência. Galeano (1988, p. 30), diz que: “Com tiros de arcabuz, golpes de espada e sopros de pestes, avançavam os implacáveis e escassos conquistadores da América”. Neste passo, os povos originários foram em grande medida liquidados em nome de um projeto de sociedade dita “civilizada”. O povo indígena foi efetivamente

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

colocado nas engrenagens que moveriam o empreendimento do capitalismo mercantil no Brasil.

Ao longo da história da América e no Brasil não seria diferente, a violência foi e é a marca mais presente e contundente na formação sócio-histórica. O processo de colonização e expropriação das riquezas, produziu ao longo do tempo o pior que a humanidade pode produzir, o domínio e controle sobre a vida e da força de trabalho. E, também, a pilhagem das terras indígenas. É importante sinalizar que a terra é um elemento essencial para os povos originários, é nela que esses se conectam a sua existência e desenvolvem sua cultura e mística. Na terra, e conectado a ela, o índio expressa e produz o seu modo de vida.

É na terra, no contato orgânico com ela que os povos originários se constituem enquanto seres sociais em uma experiência comunitária de existência. Exercem no processo de contato direto com a natureza, a mediação do trabalho ao transformá-la em instrumentos que atendam suas necessidades humanas de sobrevivência coletiva e de sua comunidade. Marx (1985, p. 149), diz:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que o distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favor em sua cabeça, antes de construí-lo em cera (MARX, 1985, p. 149).

É notório que nessa passagem Marx, destaca que a capacidade de transformação da natureza para atenção às necessidades é algo exclusivamente humano. Tal mediação entre ser humano e natureza é algo que se efetiva unicamente por esses sujeitos (homens e mulheres), no que se refere aos animais Engels (1979), sinaliza:

quando os animais exercem uma influência duradoura sobre o ambiente em que vivem, isso se dá independentemente de sua vontade, constituindo um fato puramente causal. O homem, porém, quanto mais se afasta da animalidade, tanto mais sua influência sobre a natureza ambiente adquire o caráter de uma ação prevista, que se desenvolve segundo um plano, dirigida no sentido de objetivos antecipadamente conhecidos e determinados (ENGELS, 1979, p. 222).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

No que se refere aos povos originários, essa relação com a natureza é significativa e orgânica, e a terra é seu espaço fundamental, onde desenvolve suas formas de existir e de viver. Seu respeito e conhecimento sobre a natureza é algo que evidencia sua relação orgânica com ela, ao passo que estes desenvolvem conhecimentos e habilidades em suas mediações no cotidiano da vida.

No processo de colonização³, e até os dias atuais, as tentativas de usurpação das terras indígenas e destruição da natureza, seguem sendo uma das formas do homem não indígena de reproduzir o capital e aprofundar a barbárie. Pois, ao expropriar o indígena de suas terras, ele cria as condições de jogar esse sujeito às intempéries do capital, como o fez com os camponeses no período feudal de transição para o capitalismo. Santos Neto (2015, p. 19-20), aponta que:

O capital emerge no cenário brasileiro como inteiramente responsável pela destruição das relações comunais subsistentes e pela institucionalização tanto das relações de produção assentadas na exploração do trabalho escravo quanto nas relações fundamentadas no trabalho assalariado. Nota-se que a metamorfose do capital, quer internamente, quer externamente, representa o aprimoramento de seu processo de reprodução mediante a subordinação da força de trabalho aos seus imperativos de controle. O comando do capital sobre o trabalho é *conditio sine qua non* para seu pleno desenvolvimento, e na economia brasileira isso não poderia ser diferente, apesar da distinta roupagem assumida em relação ao desenvolvimento do capitalismo europeu.

Desta forma, a expulsão é marcada por muita violência e sangue, mas também por resistências dos povos originários. O mito da “não resistência harmônica” dos indígenas é mais um instrumento de reprodução da violência, imposta pela pelos colonizadores, criando assim, uma forma caricata e pacífica dos índios. Existiu e existe até hoje, luta e resistência contra o arbítrio do colonizador e de suas personificações na atualidade.

³ O projeto de colonização abarca, de forma articulada, mas não homogênea ou harmônica, antes dialeticamente, esses três momentos representados pela colonização propriamente dita, ou seja, a posse e exploração da terra subjugando os seus habitantes (ou índolas); a educação enquanto aculturação, isto é, a inculcação nos colonizados das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores; e a catequese entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores (SAVIANI, 2007, p.29).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Efetivamente, depois do assalto às terras dos povos indígenas o que era necessário para a implementação do modelo de reprodução do capital na Europa. Na colônia o massacre aos índios e o processo de escravização dos/as negros/as e depois a “libertação” destes sustentavam o desenvolvimento do capital do outro lado do atlântico. Assim, a empresa colonizadora segundo, Santos Neto (2015, p. 34), aponta que:

Para que o capital pudesse obter sua forma mais elevada como capital industrial, as relações mercantilistas se revelaram essenciais. Se a primeira manifestação do capital mercantil se revelou como roubo e pilhagem dos povos colonizados, esta forma precisou ser superada, mediante a interferência do capital mercantil no processo de organização da produção nas colônias.

E esse meio de apropriação do trabalho se deu de forma violenta em suas diversas expressões, e formatou as relações sociais nas colônias, sendo o Brasil uma delas. Esse contexto, foi a medida necessária para o capitalismo se fortalecer na Europa. Sempre se apropriando das riquezas e da força de trabalho nas colônias, além das práticas de aniquilação dos povos originários ao longo dos séculos. Neste cenário, estima-se que foram mortos ao longo dos séculos no Brasil cerca de 2.103,1, hoje segundo dados do Censo do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* - IBGE de 2010, a população indígena é de 896.9 mil⁴. Veja no gráfico abaixo como a população indígena decresceu de 1500 a 2010.

Tabela 1 - Dados demográficos da população indígena no Brasil

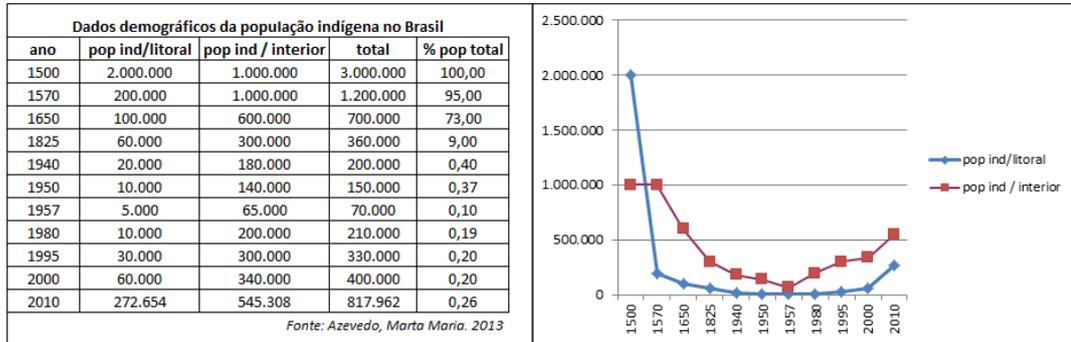
⁴ O último registro sobre a população indígena em 2010. Censo de 2022, segue em andamento e aponta que já foram recenseados cerca de 450 mil indígenas até o momento. Para maiores informações acessar o link: <https://censo2022.ibge.gov.br/acompanhamento-de-coleta.html>

PROMOÇÃO



APOIO





Fonte: IBGE (2010).

Através da reprodução da violação de direitos segue viva na realidade brasileira e impacta diretamente os povos indígenas na atualidade, tendo o garimpo como uma das suas formas de expressão. Este com o apoio do governo genocida de Jair Bolsonaro, veio se fortalecendo, além da falta de investimentos e fragilização das instituições e legislações de proteção aos povos originários. Do passado ao presente as marcas deixadas, são profundas e demonstram o quanto ainda a luta e resistência em defesa dos povos indígenas precisam avançar, pois ao longo dos séculos o que foi posto destaca-se em:

ganância e ambição, formas culturais da expansão do que se convencionou chamar o capitalismo mercantil. Motivos mesquinhos e não uma deliberada política de extermínio conseguiram esse resultado espantoso de reduzir uma população que estava na casa dos milhões em 1500 aos pouco mais de 800 mil índios nos dias de hoje habitam o Brasil⁵

Com a lógica da violência e de expulsão das suas terras, além da ampliação da pobreza e poucas políticas públicas voltadas a população indígenas, esses são obrigados a saírem das suas comunidades e se urbanizarem, em busca de formas para sobreviver, dados do IBGE de 2010, revelam que cerca de 315.180, indígenas estão na zona urbana.

Quando se pensa em urbanização indígena, é importante sinalizar que ela ocorre em um cenário de violência e de negação dos direitos pelo Estado,

⁵ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012. Coleção Agenda Brasileira.

potencializada pela própria lógica capitalista, que a todo o custo tenta junto com suas personificações, aniquilar os povos originários e usurpar suas terras. Ao não serem garantidos direitos e as condições de existência desses sujeitos em suas comunidades, eles são jogados na realidade de um mundo que os afasta da terra, da sua cultura e os distanciam da sua identidade⁶. Os índios têm uma temporalidade e uma dimensão espacial que é compreendida pelo conjunto de relações a partir das suas tradições, relações étnicas e políticas. O território deve ser pensado a partir dessas dimensões. Na luta pela sobrevivência o indígena, acaba sendo levado ao afastamento inclusive dos seus rituais místicos/sagrados, dos mistérios e conexões com a natureza.

O fato, é que se opera um processo de aculturação⁷, onde os indígenas são despidos de sua cultura e lhe é imposta uma nova cultura, esse movimento é por vezes violento em suas dimensões físicas e mental, pois elimina a sua existência, sua subjetividade e a dimensão coletiva da sua vida em comunidade. Um exemplo significativo é que muitos povos tiveram sua língua originária perdida⁸.

Outro elemento que se apresenta na atual realidade é a captura desses povos pelas igrejas neopentecostais. O cristianismo da colônia e o atual cristianismo do “mercado da fé” são uma das formas que sequestram e dilaceram as identidades e culturas dos povos originários. Aqui me parece mais uma estratégia de eliminação “santificada” da população indígena. Não vamos aprofundar esse aspecto, mas é necessário que ele seja observado e analisado, pois é um elemento de significativo impacto na realidade das comunidades indígenas. Nas próprias comunidades a

⁶ Processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. (CASTELLS, 2008, p. 22).

⁷ A cultura católico-tupi foi pontuada de soluções estranhas quando não violentas. O círculo sagrado dos indígenas perde a unidade fortemente articulada que mantinha no estado tribal e reparte-se, sob a ação da catequese, em zonas opostas e inconciliáveis. (BOSI, 2005, p.66)

⁸ Segundo dados do último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, o Brasil registrou à época a existência de 274 línguas indígenas no país, onde vivem 817.963 mil indígenas de 305 diferentes etnias. É importante destacar que com o Censo de 2022, esses dados serão atualizados.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

entrada das Igrejas já modificam e afastam a essência do povo indígena daquele território.

Desta forma, ao serem capturados pelo cristianismo alguns indígenas, se afastam das seus rituais místicos/sagrados e cultura, sendo esse processo de afastamento algo que se coloca como negativo, pois sem o seu sagrado e sua cultura o indígena rompe o elo fundamental com sua essência, com a natureza e sua comunidade e tradições. Ao longo dos séculos, muitas foram as lutas e resistências dos povos indígenas na América⁹, no Brasil ela se movimenta na realidade até hoje. Nos últimos anos, a violação aos direitos dos povos indígenas no nosso país se deu de forma ampliada e com a legitimação do Estado capturado pelo capitalismo brasileiro e suas personificações do agronegócio, do garimpo, na política em sua forma bolsonarista o que de fato foi implementado foi um projeto anti-indígena com participação efetiva do poder executivo. Desta maneira,

Este projeto é nutrido e fomentado pelos discursos de ódio e racistas que saem da boca de Jair Bolsonaro, presidente que mesmo antes de tomar posse elegeu os povos indígenas como inimigos prioritários. No desempenho de seu papel de Chefe de Estado e de Governo, Bolsonaro deveria obedecer e cumprir a Constituição Federal, zelando pela segurança e bem-estar dos povos que viviam em paz neste território antes mesmo que lhe dessem o nome Brasil. (DOSSIÊ INTERNACIONAL DE DENÚNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 2021, p. 06)

Neste cenário, foram desregulamentados os direitos e também ampliada a política de genocídio dos povos originários no Brasil. Tratou-se de ampliar o acesso para a destruição da natureza e das vidas dos povos originários, além de precarizar ainda mais as instituições públicas a exemplo da *Fundação Nacional do Índio* (FUNAI) e outros órgãos que deveriam zelar pelos direitos dos povos indígenas e do cuidado com a natureza, tais instituições foram sucateadas em um nível nunca visto no período democrático. Uma violência de tal ordem, que expressou o caráter ampliado do projeto anti-indígena do governo Bolsonaro (2019/2022).

⁹ Indico aqui um site com uma linha do tempo das lutas e resistências no Brasil, abaixo segue o link de acesso: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revoltas/#timeline-revolt>

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Neste contexto, à FUNAI, impregnada pelo bolsonarismo começa a atacar os defensores e lutadores indígenas, aqui abrimos um destaque para o que ocorreu com Sônia Guajajara, que foi intimada a depor na Polícia Federal (PF), por conta da *web série Maracá*¹⁰, fica evidente a perseguição e a tentativa de criminalizar as lideranças indígenas¹¹. Jair Bolsonaro, utilizou-se do estado para promover um ataque direto aos direitos dos povos indígenas dos discursos de ódio, até o uso do aparato estatal como podemos verificar:

Além de intervir diretamente nas estruturas dos órgãos e instituições indígenas, o Governo Federal permite e promove uma série de violações aos direitos constitucionais e aos direitos humanos. Até maio de 2020, o atual governo certificou 114 fazendas no Sistema de Gestão de Terras (Sigef), que sobrepõem áreas indígenas não homologadas, contrariando pareceres jurídicos prévios. Juntas, essas fazendas ocupam mais de 250 mil hectares de áreas indígenas. A invasão criminosa dos territórios tradicionais é incentivada publicamente pelo Governo Federal em plena pandemia (DOSSIÊ INTERNACIONAL DE DENÚNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 2021, p. 19).

A expansão da violência legitimada pelo Estado Brasileiro nesses últimos anos é notória. A gestão do projeto anti-indígena se fortaleceu e criou um espaço propício para o aprofundamento da violação dos direitos humanos, configurando assim, um espaço de sufocamento e aniquilação de existências.

Do passado ao presente, as lutas e resistências dos povos indígenas seguem em movimento, pois a política anti-indígena de Bolsonaro foi implementada de forma efetiva. Do período colonial até os dias de hoje os povos originários vem sofrendo constantes e seguem resistindo, mas essa resistência deve apontar para a ampliação da luta coletiva contra a barbárie desses tempos. No item seguinte, vamos tentar sinalizar alguns elementos introdutórios sobre a organização de alguns povos indígenas no âmbito local do Estado de Alagoas.

¹⁰ Para acessar o conteúdo da websérie acesse - <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/maraca/>

¹¹ No mês abril de 2021, a APIB e a Indigenous Peoples Rights International (IPRI) lançou o relatório “Uma Anatomia das Práticas de Silenciamentos Indígena” – que aponta o cenário de perseguição vivenciado pelas lideranças indígenas para maiores aprofundamentos ver: <https://apiboficial.org/2021/05/11/uma-anatomia-das-praticas-de-silenciamento-indigena/>

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



3 ATUALIDADE: LUTAS E RESISTÊNCIAS INDÍGENAS EM ALAGOAS

Iniciamos esses breves apontamentos, para que possamos refletir e visualizar estratégias de lutas e resistências dos povos indígenas que seguem em luta por séculos para manutenção de suas existências e do seu “bem viver”.

Para tanto, vamos buscar apontar alguns elementos que consigam demonstrar como se movimentam e se organizam esses povos no que se refere a luta em defesa das suas formas de existir e se conectar com a natureza, mantendo assim, suas formas tradicionais de identidade, tradições e cultura.

Na história de Alagoas, os povos originários, assim como por todo o país sofreram e sofrem com a violência histórica produzida pelas relações sociais marcadas pela exploração e roubo das terras indígenas. Também marcado pela invasão Portuguesa, o Estado de Alagoas foi espaço de implementação da empresa monocultora da cana de açúcar, o litoral alagoano. Neste movimento os indígenas foram mortos, expulsos e dispensados de seu território. No século XVI, o povo Caeté foi brutalmente perseguido, assim observamos o tamanho da implacável violência sofrida pelos povos originários de Alagoas.

Como se não bastasse, o povo originário do litoral alagoano foi obrigado a migrar em um processo que implicava a busca de outro território. Nesse movimento esses povos foram para o Agreste e Sertão. A atividade econômica colonial foi cada vez mais sufocando o povo indígena, a marcha sanguinária se deu da seguinte forma segundo Vieira (et al, 2013, p.183-184), [...] O projeto da empresa colonial foi implantado em três etapas regionais – litoral, agreste, sertão -, articulando a invasão territorial e a espoliação material e espiritual dos bens naturais, culturais e religiosos. ” Os povos originários em Alagoas seguiram sendo submetidos ao arbítrio ao longo dos séculos. Outro ponto que podemos destacar foram os processos de aldeamento do século XVIII, mais uma forma de violência contra o povo originário, vejamos:

A política de aldeamento foi essencial para o projeto de colonização. Afinal, os índios aliados eram indispensáveis ao projeto, pois além de compor as tropas militares, eles deviam ocupar os espaços conquistados e contribuir, como mão de obra, para a construção das sociedades coloniais. Desempenharam importantes funções e foram, grosso modo, estabelecidos

PROMOÇÃO



APOIO





e administrados por missionários, principalmente por jesuítas (ALMEIDA, 2010, p. 71).

Em termos gerais, aqui se desenvolveu mais um método de controle dos povos indígenas. Ao serem colocados nos chamados aldeamentos esses sujeitos sofrem diversas violências do aculturamento, até a exploração compulsória das formas de trabalho nas fazendas. Diversas etnias em um mesmo espaço, um campo de violação de direitos que implicou em graves consequências para o povo indígena. O caráter violento das relações de poder em Alagoas colonial, marcam efetivamente o cotidiano do Estado no tempo presente e expressam em grande medida as opressões vividas por diversos sujeitos, a exemplo das/os indígenas, mulheres, negras/os, LGBTQIA+, pessoas em situação de rua, a classe trabalhadora empobrecida. Esses diariamente vivem a realidade e sentem em de forma real as expressões da violência base da formação sócio-histórica do Brasil. Neste contexto, emergem as resistências e lutas desses sujeitos contra as opressões que se ampliam no cotidiano atual.

Tercer alguns elementos sobre organização política dos indígenas é essencial, Silva Porto Alegre, sinaliza que na década de 1970, ocorreram mobilizações coletivas de várias etnias, que tinham como objetivo, buscar reconhecimento étnico e defender seus direitos (1999, p.43). Mesmo em um contexto de ditadura militar¹², os indígenas seguiram resistindo e lutando. Deste modo,

No Brasil, de fato existe desde a década de 1970, o que podemos chamar de movimento indígena brasileiro, ou seja, um esforço conjunto e articulado de lideranças, povos e organizações indígenas em volta de uma agenda comum de luta, como é a agenda pela terra, saúde, educação e outros direitos. Foi esse movimento indígena articulado, apoiado por seus aliados, que conseguiu convencer a sociedade brasileira e o Congresso Nacional Constituinte a aprovar, em 1988, os avançados direitos indígenas na atual Constituição Federal. (Gersem Baniwa, liderança indígena, 2007).

Com essas lutas, e seguindo o processo de redemocratização do país, os povos originários entram em evidência, pois ampliam a luta no que diz respeito à

¹² Para um aprofundamento sobre a temática sugerimos dois materiais - NETTO, J.P. Pequena História da ditadura brasileira; E o site com um acervo interessante sobre memórias indígenas na ditadura – link para acesso: <https://memoriasdaditadura.org.br/cnv-e-indigenas/>

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

demarcação de suas terras. No movimento de redemocratização os povos indígenas mais uma vez demonstram sua força no percurso histórico de resistências e lutas por direitos.

No Estado de Alagoas, as lutas e resistências também dinamizam a história no cenário local, estas conectadas as lutas em âmbito nacional, expressam a força dos povos indígenas de Alagoas. Para Antunes, (1984, p. 06)¹³, os indígenas alagoanos até a década de 1980, eram compreendidos apenas pelos povos *Xucuru-Kariri* (Palmeira dos Índios) e *Kariri-Xocó* (Porto Real do Colégio). Com todo o movimento de redemocratização do país e com a Constituição de Federal de 1988 (CF/88), a luta por direitos e o reconhecimento étnico vão ganhando novos horizontes, mesmo no plano formal do direito burguês, porém não se pode anular essa conquista, pois ela é expressão da organização coletiva desses povos.

Os povos originários em Alagoas, seguiam se organizando coletivamente no cenário local e nacional, assim, “[...] articulados aos movimentos sociais e a uma rede interétnica (fortalecida pelo parentesco e pelas comunidades indígenas já reconhecidas [...]) (SILVA, 2019, p. 21). É importante refletir que tais lutas são históricas e demarcam a resistência para manutenção da existência dos povos originários no nosso Estado.

Em Alagoas, alguns povos têm significativas contribuições na luta em defesa de suas identidades, são elas: *Xucuru-Kariri* (Palmeira dos Índios), *Wassu-Cocal* (Joaquim Gomes); e *Jeripancó* (Piranhas). Aqui, destacamos alguns povos que não são a totalidade dos povos indígenas de Alagoas, mas tem forte e expressiva contribuição nas lutas e fortalecimento das suas comunidades, cultura e identidade dos índios/as alagoanos/as.

Dessa forma, a luta dos povos originários em Alagoas, tem seu fio condutor nas residências em defesa e preservação dos seus territórios, a terra é o elemento fundamental da potência desses sujeitos, que seguem historicamente desafiando a

¹³ Ver ANTUNES, Clóvis. Índios de Alagoas: documentário. Maceió: EDUFAL, 1984.

PROMOÇÃO



APOIO



lógica brutal da exploração, da violência e aniquilação das suas vidas¹⁴. Silva, destaca uma fala do cacique Genésio Miranda do povo Jeripancó, que coloca o lugar essencial da terra na vida desses povos,

Terra é vida; é mãe. É da terra que nós sobrevivemos; é da terra que nós e é da terra que nós comemos. A terra é mãe, é quem nos cria, é a terra que nos faz sobreviver, e é de que nós vamos ser consumidos também. A terra cria para depois comer (2019, p. 21).

Fica mais uma vez evidente, que os indígenas e a terra seguem conectados, são parte constitutivas que imprimem a sua realização e modo de vida a partir desse contato. Do nascer ao fenecimento, estes são o núcleo de uma relação articulada. Sem ela os povos originários perdem sua identidade e contam com o sagrado. Mas no mundo atual, que tem como lógica principal a destruição e a barbárie, defender a terra é algo inaceitável, daí podemos refletir um dos elementos importantes, pois hoje a terra é ainda mais disputada pelas personificações da capital. A palavra de ordem é atentar contra o direito à vida e a terra. A terra se transforma em mercadoria para atender os imperativos da capital.

No Brasil e em Alagoas, a dinâmica de captura das terras indígenas em prol dos ricos é algo notório. É só olhar para o horizonte verde da cana de açúcar e sentir o quando ele é amargo, esse é fruto da espoliação das riquezas socialmente produzidas que se concentra nas mãos de poucos. Os indígenas como sinalizamos anteriormente de forma breve, se urbanizam ou migram para as fazendas e canaviais, ao serem compelidos a saírem das suas terras, ou até quando estão na terra enfrentam diversas dificuldades para sobreviver, pois não se tem políticas efetivas para potencializar a economia local da comunidade e o acesso aos serviços e políticas públicas. Vejamos a fala da liderança do povo *Xucuru-Kariri*, Jessivaldo Ferreira de Queiroz:

¹⁴ Segundo o Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil de 2017, de 2006 a 2017 foram assassinados 12 indígenas no Estado de Alagoas. Para maiores informações ver: CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil. 2011**. Disponível em: <https://www.cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2011-Cimi.pdf> Acesso em: 12 jan. 2023.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A sobrevivência de quem não tem é a agricultura. O pobre trabalha na agricultura, pega dinheiro de ano em ano, uma mixaria, quando vende a safra e fica passando fome. Vende barato e compra caro [...]. As terras que você está vendo não tem condições de trabalho, não podemos trabalhar mecanizado, tem que ser tudo na mão. As terras são duras, a produção muito pouca, não tem como sobreviver só da pequena produção. O cara tem que ter outras coisas para sobreviver (SILVA, 2019, p. 24-25).

Na fala acima, é importante sinalizar que tais dificuldades implicam na realidade e existência desses sujeitos, pois ao buscar outras fontes renda acabam sendo afastados das suas tradições, além de acessarem vínculos precários de trabalho muitos análogo ao trabalho escravo e sem direitos como ocorre em fazendas e canaviais alagoanos.

Diante deste fato, observa-se as dificuldades vividas pelos povos originários, além de estratégias empreendidas por eles/as de construção e efetivação de direitos para seu “bem viver”. Os espaços coletivos de organização política são elementos essenciais para ampliação das possibilidades de enfrentamento ao projeto anti-indígena. Ao mesmo passo que os índios/as podem continuar vivendo e em suas comunidades sem a necessidade de um afastamento compulsório, operado pela realidade de negação de seus direitos e de ataque à sua sobrevivência.

Em Alagoas atualmente, existem cerca de doze (12) etnias indígenas, sendo as seguintes: *Aconã, Jeripancó, Kalankó, Karapotó, Karuazu, Katokinn, Koiupanká, Pankararu, Kariri-Xocó, Tingui-Botó, Xukuru-Kariri e Wassu-Cocal*. Podemos verificar que existem ainda um expressivo número de etnias que resistem aos ataques desses tempos de projeto anti-indígena.

A luta e resistência desses povos é algo importante para demarcar a necessidade de efetivação de direitos e ampliação de políticas sociais, mas para além desses, é fundamental a construção de um tempo de separação da lógica capitalista destrutiva que se reproduz a partir da destruição da humanidade e da natureza.

3 CONCLUSÃO

Na contramão do cenário marcado pelo individualismo dos tempos presentes, os povos originários seguem ampliando os horizontes das lutas coletivas,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



reafirmam a necessidade de articulação coletiva como fizeram na década de 1980, mantendo viva a chama da esperança em tempos mais humanos e justos. Afirmando a busca permanente por respeito e direitos para o “bem viver” de suas coletividades e povos.

Ampliar e aperfeiçoar as estratégias de resistência e lutas indígenas é uma dimensão que deve ser potencializada no cotidiano. Os povos originários ao longo dos séculos nos desafiam a nos tornar sujeitos coletivos, conectados à vida de forma a respeitar a natureza evidenciando que respeito e cuidado a esse bem maior, a natureza deve seguir firme para a construção de um mundo melhor, mais justo e humanamente livre.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R. C. d. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo. Companhia das Letras. 2005.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. Publicado originalmente em 1942.

DOSSIÊ, **internacional de denúncias dos povos indígenas do Brasil 2021**, Brasília: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), 2021.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza**. Prólogo de J.B.S. Haldane. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 27ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 307p. Título original: Las venas abiertas de América Latina. (Coleção Estudos Latino-Americanos, v.12).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010**. Indígenas. Rio de Janeiro, 2017.

MARX, Karl. **O Capital** – crítica da economia política. Vol. I, Tomo I. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Capital e Trabalho na Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Editora Autores Associados. Campinas – SP. 2007.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. Terra e proletarização indígena: entre o “tempo do Capital” e o “tempo da natureza” In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; SILVA, Amaro Hélio Leite da (Orgs.). **Índios do Nordeste: terra, educação e política. Coleção Índios do Nordeste do Nordeste: temas e problemas**; 19. Maceió: CBA Editora, 2019, p.13-48.

PROMOÇÃO



APOIO

